

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.950 - SP  
(2019/0313938-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DO  
FORO CENTRAL DA BARRA FUNDA - SÃO PAULO -  
SP**  
**SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO  
JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA**  
**INTERES. : SERGIO CORREA BRASIL**

**DECISÃO**

**O JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL  
DO FORO CENTRAL DA BARRA FUNDA – SÃO PAULO – SP**  
suscita conflito de competência diante do **JUÍZO FEDERAL DA 3ª  
VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO.**

O caso retrata possível prática de formação de cartel, crime  
licitatório e lavagem de dinheiro referentes à "Concorrência nº 41428212 -  
Proposta Comercial de Linha 5 - Lilás da Companhia do Metropolitano de  
São Paulo - Metrô" (fl. 682), que culminou com o oferecimento de  
denúncia pelo Ministério Público daquele Estado.

Ao compulsar os autos, verifiquei a existência da  
**instauração de incidente de exceção de competência (Exceção de  
Incompetência n. 0039516-13.2019.8.26.0050)** na origem, o qual,  
contudo, não foi devidamente esclarecido neste conflito (não há sequer  
cópia das peças principais do referido incidente). Impõe-se, por isso, o  
registro de que a solução desse incidente pode prejudicar a controvérsia  
aqui estabelecida.

Além disso, observo que, de todos os documentos que  
instruem os autos, foi juntada apenas a decisão de fls. 713-714 – na qual o  
Juízo de Direito da 12ª Vara Criminal do Foro Central da Barra Funda – SP  
**aparentemente afirma sua competência** para o processamento do caso,  
sem, contudo, que o mesmo fosse feito com a cópia da decisão proferida  
pelo Juízo suscitado.

No particular, precisas as ponderações do Ministério Público Federal, ao assinalar que "**não há nos autos decisões conflitantes entre os juízos** que demonstrem a existência de conflito de competência" (fl. 1.044, destaquei). Some-se a isso a dúvida quanto à própria identidade das ações ou investigações em curso, conforme afirmou o *Parquet* estadual: "Torna-se necessário, antes de tudo, verificar se os fatos lá apurados são idênticos aos narrados nesta Ação Penal" (fl. 892).

À vista do exposto, **não conheço do conflito de competência.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**